



CONTREIRAS PIPA

NECESSIDADE DE REVISÃO DO PENSAMENTO HISTORIOGRÁFICO

As línguas nacionais e a singularidade do seu estatuto

Luís Kandjimbo

Num livro publicado há cerca de dezasseis anos, intitulado “Ideogramas de Ngandji”, enunciei algumas ideias acerca do estatuto das línguas nacionais e das estratégias de desenvolvimento social, económico e cultural. Do ponto de vista substantivo, os argumentos porfiados parecem adequar-se ao debate actual.

Mas entendo que a compreensão dos nexos existentes entre as línguas nacionais e as estratégias de desenvolvimento de Angola requerem a adopção de uma perspectiva histórica. Por isso, revela-se necessário produzir uma nova historiografia, construir uma narrativa cronologicamente orientada e fundamentada. Qualquer argumentação que aponte para a semelhança de estatutos das línguas nacionais e da língua portuguesa, com base na estratégia comparativa das aventuras marítimas portuguesas e da expansão dos povos Bantu, hierarquizando a sua sucessão temporal, será obviamente um perfeito exemplo da falácia causal, a chamada falácia “post hoc ergo propter hoc”. Os debates que se travam hoje nos domínios da linguística histórica e linguística comparada Bantu, suportados pela investigação histórica, arqueológica e bioantropológica, situam o fenómeno das migrações Bantu numa escala espaço-temporal que tem início 3000 a.C, isto é, há cinco milénios, localizando-se o ponto de origem na fronteira sul da Nigéria e Camarões. Na sua primeira vaga os povos Bantu chegaram até à floresta tropical da bacia do Kongo. Esta é ainda a versão das teses “migracionistas” saídas do colóquio internacional de Viviers sobre a expansão

Bantu (1977). O historiador belga Jan Vansina, em 1990, dizia que há mais no passado das florestas tropicais do que gerações e migrações. Há uma história política, social e económica a ser recuperada, juntamente com uma história de ideias, valores e ideologia. Apesar de todas as diferenças internas, as culturas e sociedades da zona Bantu constituem uma unidade quando comparadas com as externas.

Pesquisa genética

Mas hoje recorre-se igualmente à pesquisa genética. A partir de amostras colhidas do grupo genético no sudoeste de Angola, concluiu-se que as populações do flanco ocidental da expansão Bantu, têm a sua origem no flanco ocidental da África Central. De igual modo, o grupo genético dos pastores Herero e Kuvale resulta de fortes interações com linhagens dos Kung e San, sendo que o crescimento demográfico de homens e mulheres ocorreu após a separação dos ramos Bantu, o oriental e o ocidental, que teria ocorrido há 4.000 anos.

Por isso, o arqueólogo camaronês Augustin Holl, meu colega no Comité Científico Internacional da UNESCO para a Redacção da História Geral de África com quem trabalho desde 2013, elabora uma interessante síntese das investigações. Pode dizer-se que a expansão dos falantes das línguas Bantu é um fenómeno mais complexo. Resulta da interacção a longo prazo de vários sistemas dinâmicos. As mudanças climáticas, mais especificamente a modificação da circulação de massas de ar, que cria um clima com uma estação seca fortemente marcada, desencadearam a fragmentação da grande floresta equatorial húmida. Nesse contexto, a

abertura de espaços na savana favoreceu a extensão da agricultura a sul, baseada no cultivo da massambala e do massangu. Já não se pode falar do contorno da floresta, como se pensava inicialmente. Os dados genéticos mostram que não existem divisões relevantes entre os ramos Bantu do leste e oeste que se fundiriam ao sul da floresta. Os sistemas de aliança matrimonial mostram uma absorção significativa de mulheres caçadoras-recolectoras, tanto de comunidades de Pigmeus quanto dos Khoisan. A expansão ao longo de corredores privilegiados, a extensão em vastos territórios e a derivação linguística levaram à formação de dialectos e, em seguida, de línguas de origem comum.

Contexto angolano

Em Angola, a historiografia do estudo das línguas Bantu fixa o seu momento inicial no século XVII com os missionários da congregação católica da Companhia de Jesus, vulgarmente conhecidos como “jesuítas”, que se dedicavam à evangelização em línguas dos povos com os quais estabeleciam contactos. Neste capítulo, a expulsão dos jesuítas em Portugal, por força de um decreto do Marquês de Pombal, deixou um vazio até ao fim do século XVIII que os padres capuchinhos não foram capazes de preencher.

Nesse ambiente de escassez de publicações novas, a excepção será a obra do padre capuchinho Bernardo de Cannecatim, prefeito da missão dos capuchinhos do Congo e Angola, entre 1792 e 1795, que publicaria um dicionário de Kimbundu ou “língua angolense explicada na portuguesa e latina” (1804) e uma gramática elementar da língua Kimbundu (1805). O afastamento político do Marquês de Pombal permitiu uma vaga de reedições de gramáticas e catecismos em Kikongo e Kimbundu. E na segunda metade do século XIX, Angola passa a contar com a presença de missionários protestantes das igrejas congregacionalistas, metodistas e baptistas que desenvolveram uma actividade mais sistemática, recorrendo à utilização das línguas Bantu, a partir dos anos 80 desse século. Tal produtividade editorial contrastava com a inércia da Igreja Católica, nesse período.

No século XIX, o interesse pelas línguas Bantu, bem como a investigação e publicações respectivas passam a contar com autores angolanos, a partir da segunda metade do século. Joaquim Dias Cordeiro da Matta é um dos nomes mais importantes. Começa por publicar “Filosofia popular em provérbios angolenses” (1891), seguindo-se a “Cartilha Racional” para o ensino do Kimbundu (1892) e depois “Ensaio de Dicionário Kimbundu-Português” (1893), todos impressos em Lisboa.

No princípio do século XX, entre 1906 e 1910, a administração colonial tornou obrigatória a aprendizagem das línguas nacionais por parte dos seus funcionários, após a constatação da ineficácia das medidas tomadas no domínio social e económico. Para o efeito, foram criados cursos de intérpretes, contratados professores, produzidos manuais e guias para o ensino das línguas nacionais, além da realização de inquéritos etnográficos. No entanto, a “política da assimilação” foi reduzindo progressivamente a importância das línguas nacionais, o que conduzia à percepção enganosa da sua inutilidade. As missões religiosas passaram a ser as únicas a pra-

ticar o ensino em línguas nacionais. O protagonismo da Igreja Católica passou a ser assumido pelos missionários da congregação do Espírito Santo, conhecidos como “espiritanos”. Mas é às missões protestantes que se deve atribuir a principal actividade em matéria de utilização das línguas nacionais, ensino e de edição de publicações.

Em 1921, no contexto da proliferação de revoltas e rebeliões nativistas contra a presença colonial, em todo o território, as igrejas protestantes foram proibidas de recorrer ao uso das línguas nacionais. No célebre Decreto nº 77 do governo colonial, sob a administração de Norberto de Matos, em 1921, estipulava-se que o emprego da língua nacional só era permitido transitoriamente “enquanto não se generalize entre os indígenas o conhecimento da língua portuguesa”. Apesar disso, as línguas nacionais continuaram a ser instrumentais para as políticas de prosperidade e desenvolvimento económico colonial. Prova disso são as conhecidas Missões de Inquéritos Agrícolas nos Planaltos Centrais do Sul de Angola, nos anos 60 e 70.

Nacionalismo cultural moderno

Ora, o pensamento legitimador com o qual se chega à independência, em 1975, tinha os seus fundamentos históricos. É com eles que se constrói a teoria das línguas nacionais entendidas como sistemas e instrumentos que devem estar ao serviço da integração social e cultural de uma comunidade histórica. Tenhamos em conta apenas o período do nacionalismo cultural angolano moderno do século XX.

Na década de 50, os jovens do Movimento dos Novos Intelectuais, membros da

Liga Africana e da Associação dos Naturais de Angola, “propunham-se alfabetizar em Português, Kimbundu e Umbundu, pelo método Laubach”. Este é o testemunho do poeta António Jacinto.

Em 1958, quando Mário Pinto de Andrade, um dos principais arautos da independência de Angola, falava na I Conferência de Escritores Afro-Asiáticos, realizada em Tashkent, capital do Uzbequistão, fazia a apologia de uma literatura que não podia perder de vista o uso das línguas Bantu no âmbito de um sistema literário autónomo, vinculado a uma comunidade que não se associava a nenhum Estado. Angola era apenas um território habitado por uma população que vivia sob domínio colonial. Faltava a institucionalização de um poder político legítimo. No referido evento, o autor do poema inteiramente escrito em Kimbundu, “Mimbu ya Sabalu”, apresentou uma comunicação na qual enunciava os fundamentos culturais do pensamento programático do MPLA, organização política de que seria presidente a partir de 1960. Tratava-se de um pensamento elaborado cuja consistência assentava em actividade reflexiva de fôlego iniciada em Luanda, desenvolvida em Lisboa e aprofundada em Paris. A sua tese assentava exactamente na política linguística e na crítica à hierarquia das línguas. Mas tais preocupações teóricas remontavam ao ano de 1950, quando publicou na revista “Mensagem”, o ensaio com o seguinte título: “Questões de Linguística Bantu - I. Da posição do Kimbundu nas línguas de Angola”.

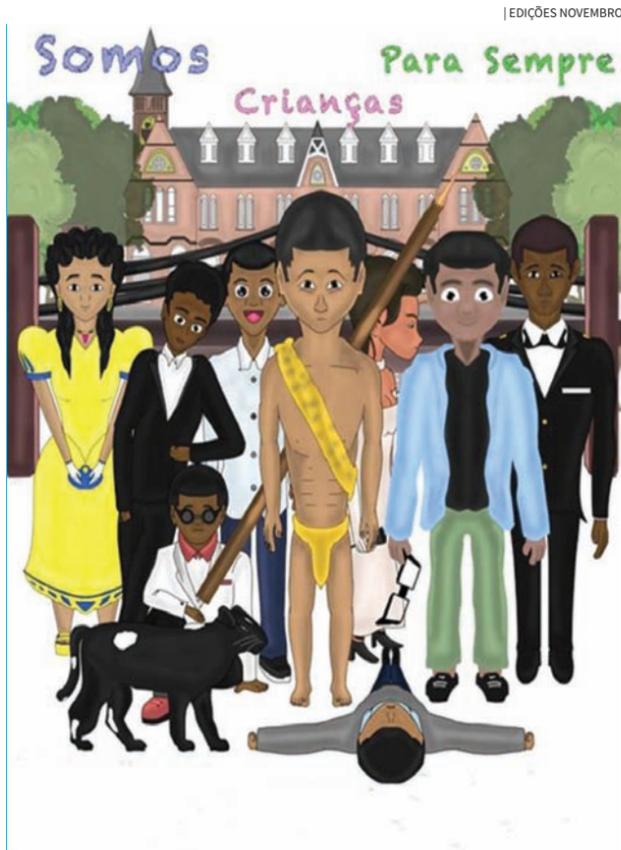
Em 1977, Agostinho Neto – um daqueles jovens que partilhavam os ideais fundadores da cultura de um novo Estado, três décadas antes – falando na Assembleia Geral da União dos Escritores Angolanos, formulou uma ideia lapidar, ao afirmar: “O uso exclusivo da língua portuguesa, como língua oficial, veicular e utilizável actualmente na nossa literatura, não resolve os nossos problemas.” No período que se seguiu à independência de Angola, a problemática das línguas nacionais foi uma das primeiras a dar origem à implementação de um projecto apoiado pelo PNUD e pela UNESCO destinado ao estudo de seis línguas. Nesse mesmo ano, foi criado o Instituto de Línguas Nacionais. Através dele foram desenvolvidos léxicos temáticos e produzidos materiais que sustentaram o ensino ao nível da alfabetização.

A leitura das actas do primeiro Simpósio sobre Cultura Nacional, realizado em 1984, tem uma importância capital para compreender o processo histórico da elaboração da política pública sobre as línguas nacionais e seus fracassos. Três anos depois, o Conselho de Ministros aprovava a aplicação experimental dos alfabetos das referidas línguas e as respectivas regras de transcrição. Portanto, apesar do surgimento de um novo Instituto de Línguas Nacionais, em substituição do Instituto Nacional de Línguas, diferente pelo menos na denominação, pode dizer-se que nesta matéria as políticas públicas morreram no final da década de 80 do século XX.

DISPONÍVEL NA INTERNET

Valdemiro de Faria lança filme de animação

“Somos Todos Crianças Para Sempre” é o título do novo filme de desenhos animados de Valdemiro de Faria, lançado esta semana na sua página oficial do Youtube



Mário Cohen

O filme de produção nacional “Somos Todos Crianças Para Sempre”, lançado, recentemente, por Valdemiro de Faria tem como protagonistas um angolano, um moçambicano e um nigeriano, que debatem com a maior naturalidade a arte musical, e, em geral, a cultura dos respectivos países.

Segundo o autor, a obra, em grande parte com falas em português, também tem diálogos na língua kimbundu. “Isso com a finalidade de estimular o uso das línguas nacionais nas artes, principalmente no grande ecrã. Quanto mais cedo a criança tiver contacto com a mesma, mais interesse terá em aprender a língua nacional. Por isso achei interessante introduzir o kimbundu no filme. As crianças gostam de bonecos, então acredito que é um método inteligente para as cativar”, explicou o ci-

neasta Valdemiro de Faria.

A música “Ndolo”, uma canção em kimbundu que faz parte da trilha sonora, tem a participação de Ottoniel Makondekwa. O clipe da mesma canção pode ser visto no Youtube.

De acordo com Valdemiro de Faria, a película, que tem a duração de 50 minutos, teve a sua pré-estreia apenas na Internet. Agora pode ser visualizada sem qualquer custo. “É só utilizar a minha página na Internet para assistir ao filme na íntegra”, disse, acrescentando que o filme foi dirigido, coordenado e narrado por Brinquedo Yetu.

“Somos Todos Crianças Para Sempre”, na óptica de Valdemiro de Faria, foi produzido com uma qualidade superior ao seu filme de estreia “Nós Inventamos a Brincadeira”, que foi exibido pela primeira vez em de Fevereiro de 2018, no Belas Shopping, em Luanda.

Este filme retrata o quotidiano do “planeta dos bo-

necos”, numa aventura que envolve o professor Zwela, que acusa o MC Boneco de “matar as aulas” por via de brincadeiras com amigos, numa viagem entre o humor e o drama.

Incentivar as crianças para melhor se aplicarem nos estudos e valorizar as línguas nacionais, foi a principal base da película de estreia de Valdemiro de Faria nas lides do cinema de animação.

Produtor musical

O cineasta contou que antes de enveredar pelo mundo do cinema começou como produtor musical. Além do novo filme Valdemiro de Faria e a sua equipa de trabalho, “Turma dos Bonecos e as Bonecas da Escola 4”, há anos promovem os grupos musicais infantis “Menongue Sem Cachoeira” e “Calor Amos”.

Das suas produções musicais o próprio destaca o CD “A Última Coisa Fofa”, o primeiro da sua produtora “World Family”. Com 11 te-

mas de kuduro, hip hop, slow e funana, interpretados em português, kimbundu e inglês, foi editado nos EUA, com a participação da dupla Presidente Gasolina e Príncipe Ouro Negro e de cantores norte-americanos de várias escolas musicais.

Ainda no quadro do projecto “World Family” foi lançado para o mercado o CD com o mesmo nome, que teve a participação de MC Boneco, Dj Gomes e do cantor congolês-democrático Lokua Kanza. Produzido pelo músico e compositor Dionísio Rocha, os temas constantes da obra discográfica são cantados nos estilos kizomba, gospel, kuduro e hip-hop.

“Amor Chinês”, outro CD do projecto “World Family”, contou com a participação dos cantores norte-americanos Diana Harris e Lil Mama, assim como de músicos angolanos residentes na diáspora: Senevi (Alemanha), Muinguila (Holanda) e Maria da Silva (Canadá).

ELE É O TEXTO, O SIGNO E O AFECTO

E o Paulo da Mata não morreu

Abreu Paxé

Como serviu a cultura luandense, angolana e do mundo com generosidade, Paulo da Mata sempre viverá nas linguagens que elaborámos e vamos elaborar. A cultura o manterá vivo, já que foi um elemento produtivo da Cultura Angolana.

Nascido em Luanda, no Sambizanga, em Junho de 1966, Paulo Alexandre Monteiro Cordeiro da Mata forjou-se como um cidadão, além de ser angolano, luandense. Era um conhecedor da Cultura Urbana dessa cidade e das suas gentes mais representativas. Nascido de pais ligados ao mundo artístico, seus laços familiares estendiam-se ao escritor e pensador angolense Joaquim Dias Cordeiro da Mata.

O Paulo a partir do dia 21 de Julho transformou-se em silêncio, já não está nessa nossa dimensão. O Paulo habita agora outra dimensão. É agora a partir dessa onde vamos a passar a nos relacionar com ele nos infinitos fios que ele e nós entrelaçamos no tecido que o constitui. Estando já no Campo Santo, Paulo da Matapassa a ser ao mesmo tempo a página, o texto, o signo, o afecto.

Virgílio Ferreira, escritor e pensador português, escreveu que a vida pode se entender como o in-

tervalo entre duas noites. Na verdade, se os restos mortais do Paulo da Mata, que agora repousam no Campo Santo, experimentam a segunda noite, a anterior foi antes de ele ter nascido, o intervalo passou a ser a vida, os dias do Paulo enquanto ser vivente. Foi então o que representou os nossos encontros, as nossas partilhas, os nossos relacionamentos e esses entrelaçamentos sígnicos e afectivo-corporais que se deram no intervalo.

É esse intervalo que vai dimensionar a vida e dar sentido à morte. A morte que não é oposta à vida, é no intervalo por via da cultura que se dá sentido a essa. Portanto, o que o Paulo representa pós-morte é o que o intervalo construiu. É nesse intervalo onde vamos recolhendo, de agora em diante, os diferentes fios com os quais vamos tecendo o Paulo in memoriam ou se teceu o próprio Paulo. O Paulo está para a nossa memória comum como um tecido, ou uma peça de arte, ou, ainda como uma página, um poema ou um texto narrativo e é com as textualidades deste e com as suas diferentes idades que nos vamos relacionar. Nesse tecido que se enredou na cultura e com o qual revisitamos a nossa memória colectiva de onde o Paulo como signo, texto, ou

afecto se traduz ou o traduzimos como realidade cultural.

Por ser o intervalo se traduz como experiência. Ele é ao mesmo tempo a natureza, a cultura, o homem e a cidade, é nesses elementos conjugados no intervalo que representam aquilo que constitui a imagem do Paulo, funcionando como uma página aberta de um livro ou de um jornal. Por isso o tomamos como experiências de vida, se ele foi um ser biológico, se ele é um signo da cultura, se ele nos afecta, fica fácil perceber que o Paulo da Mata não morreu. Ele, o Paulo, elevou-se a uma dimensão transversal em que o biológico (a dimensão da natureza, que nasce, cresce e morre), realizou transferências sígnicas e afectivas e é com essas que vamos continuar a nos relacionar com ele nas linguagens que a cultura e a cidade elaboram, traduzindo as mesmas experiências que as músicas, os poemas, as narrativas, os provérbios, as artes de modo mais geral trazem e a forma como esses nos ajudam a administrar a memória.

Apesar do ser biológico, a natureza que ele era transformou-se e retornou à terra mãe que agora o acolhe no seu seio dando lugar a outras potências. Nós ficamos com os fios que ele teceu e que, de vez em quando, se evaporam

no plano como sua natureza. Com esses nós vamos tecendo outros e como novelo vão nos ajudar a administrar nossas memórias, assim mesmo, como ouvir uma canção do carnaval, uma música dos Jovens do Prenda - agrupamento de que se sentia director - e essa música e o agrupamento se constituíram como signos e selos de afectos para nos lembrarmos dele.

O Paulo da Mata, meu, nosso companheiro, afinal pelos infinitos fios que o teceram, não morreu. Ele vive e é signo existencial e viverá em nossos afectos sempre que nos lembrarmos de algo que nos liga a ele. E como ele serviu a cultura luandense, angolana e do mundo com generosidade, ele sempre viverá nas linguagens que elaboramos e vamos elaborar. A cultura o manterá vivo e vai nos ensinar e mostrar isso, já que foi um elemento produtivo da Cultura Angolana.

Amigo, leva para os que já partiram todos os recados do que nos vai ainda toldando (leve junto o pregão da zunga, sua única experiência poética publicada em livro), aceite amigo que fiquemos com os teus sonhos e os sonhos que sonhamos juntos e vamos ver se os transformamos em realidade viva e partilhada, para o bem deste povo que amaste muito!



O Paulo da Mata não morreu. Elevou-se a uma dimensão transversal em que o biológico realizou transferências sígnicas e afectivas e é com essas que vamos continuar a nos relacionar com ele nas linguagens que a cultura e a cidade elaboram, traduzindo as mesmas experiências que as músicas, os poemas, as narrativas, os provérbios, as artes de modo mais geral trazem e a forma como esses nos ajudam a administrar a memória

FORA DA FRANCOFONIA

Angola é o país africano onde mais se fala francês

EDIÇÕES NOVEMBRO



António Capapa

Em fim de missão Paul Baracust, director da Alliance Française de Luanda, considera Angola o país africano, não francófono, onde se fala mais francês e que os artistas angolanos “têm uma qualidade imensa”

Para o diplomata francês, o seu país “tem que fazer o seu papel e fomentar a participação de artistas angolanos em eventos e feiras profissionais, em festivais em França ou em países francófonos, para também se dinamizar mais a cooperação entre francofonia e lusofonia”.

Baracust sublinha a diferença linguística que confina, muitas vezes, os artistas numa determinada área geográfica. Mas para o caso dos dois países a situação pode ser diferente, porquanto “as relações entre os dois Estados mudaram e a vontade de Angola aderir à Organização Internacional da Francofonia é um sinal de que essa integração pode ser ainda maior”.

Paul Baracust considera Angola o país africano, não francófono, onde se fala mais francês, resultado dos bons programas de formação em língua francesa que têm sido implementados, inclusive, no Centro de Animação Artística do Cazenga Anim'art, interrompido em função da Covid-19 e que deverá ser retomado tão logo sejam levantadas as medidas restritivas de prevenção e mitigação da pandemia.

O director da Aliança Francesa de Luanda acredita que

a aprendizagem da língua francesa “será sempre uma boa oportunidade, uma forma de estreitar a cooperação” entre os dois países.

Paul Baracust diz pensar que existem muitas áreas para explorar e aprofundar na cooperação cultural entre os dois países, para além dos projectos já em curso.

“Temos um trabalho que está a ser realizado com o Ministério da Cultura sobre MBanza Kongo, temos um trabalho muito importante com o Palácio de Ferro. Temos muitas áreas para cooperar e temos que nos focar em algumas, e um dos caminhos que eu apontaria seria promover mais os artistas angolanos”, afirma.

O diplomata sublinha que os artistas angolanos “têm uma qualidade imensa” e que, provavelmente, nos últimos anos, tiveram “mais oportunidades profissionais no mercado europeu”.

A França no Cazenga

Positiva é a avaliação que o responsável francês faz dos cinco anos da parceria entre a Aliança Francesa e o Anim'art, no âmbito do intercâmbio entre França e Angola.

“Nós tivemos a oportunidade de trabalhar para trazer aqui muitos mais artistas de fora e também levar artistas angolanos à rede cultural francesa para apresentações. Além disso, é uma cooperação que foi muito forte em termos de formação de produtores culturais, técnicos de som e de luz. E nós percebemos que a melhoria das relações entre França e Angola permitiu, nos últimos anos, a

multiplicação desses programas e acho que é uma tendência que vai continuar”.

Segundo o diplomata, os projectos implementados no Cazenga em parceria com o Anim'art foram sempre um sucesso.

“Foram catorze espetáculos internacionais desde 2015. Acho isso inédito na cooperação com a França ou com outro país europeu”, sublinha.

Paul Baracust considera-se um espectador assíduo das actividades realizadas no Centro de Animação Artística do Cazenga, onde marcou quase sempre presença, vendo “casa cheia, as pessoas bastante comprometidas, engajadas”, garantindo o êxito dos programas, a começar pela divulgação dos mesmos.

Por tudo isso, o francês mostra-se “muito feliz” e garante passar, para quem o vai substituir, o testemunho da parceria com o Anim'art, para que “permaneça ou seja mesmo incrementada”.

É essa também a expectativa do Anim'art, segundo a sua directora Felismina Sebastião, para quem os cinco anos da parceria com a Aliança Francesa têm sido “frutíferos”, marcados “com o desenvolvimento de vários projectos nas áreas da música, do teatro, da formação e da produção artística”.

Felismina Sebastião diz esperar, tal como Paul Baracust, que o próximo responsável da Aliança Francesa demonstre o mesmo interesse em trabalhar com o Anim'art, “para que a parceria continue e que os jovens beneficiem

da mesma. E o Cazenga agradece pelo apoio”.

No ano passado, no âmbito do Festival Internacional de Teatro do Cazenga, o embaixador francês Sylvain Itté procedeu à abertura no Anim'art de uma sala para o ensino do francês, sob coordenação da Aliança Francesa, num acto em que afirmou que queria ajudar o Centro de Animação Artística do Cazenga a tornar-se numa Loja de Cultura.

E mais um passo, nesse sentido, foi dado esta semana com a entrega pela Aliança Francesa de seis guitarras, duas baterias, dois tambores e um teclado, meios estes que, segundo Felismina Sebastião, “vão ter um impacto positivo no trabalho que tem estado a ser desenvolvido com os jovens”.

Para a directora, com esses meios “os formandos vão poder aperfeiçoar mais a arte que desenvolvem, que é a música, e também será uma porta para outros projectos desenvolvidos pelo Anim'art”.

Felismina Sebastião revela terem já um grupo seleccionado para formação e que vai constituir o ciclo de música do Anim'art. Os elementos desse grupo vão ser os potenciais multiplicadores de conhecimentos para outros jovens.

E Emanuel Pedro, um dos jovens seleccionados, acredita que o seu sonho vai ser concretizado na área da música, em que já possui alguns conhecimentos. “Com o material que recebemos, acho que vai ser possível aperfeiçoar o que sei quanto à música, assim como prestar um serviço de qualidade na área do som”.





APESAR DAS DIFICULDADES

“Kamatembas da Humpata” mantêm a tradição da dança

“Kamatembas da Humpata” é um histórico grupo de dança tradicional que surgiu em 1979, após um convite a jovens e idosos para dançarem no aeroporto da Mukanka, em honra a visita ao Lubango do primeiro Presidente da Angola independente, Dr. António Agostinho Neto. Passados 41 anos, a agremiação cultural enfrenta enormes dificuldades para sobreviver

Estanislau Costa | Lubango

O grupo Kamatembas, que em 1979 demonstrou os seus dotes de dança tradicional à chegada do Presidente António Agostinho Neto na cidade do Lubango, era composto por animadores de festas nas sanzalas da Humpata. O ancião Auspino Tyintakenge, integrante do grupo há mais de 20 anos, disse ao *Jornal de Angola* que “após a actividade do presidente Neto, os participantes optaram por não se separar mais”.

Surgidos os Kamatembas, contou, foram aperfeiçoados vários estilos de dança, com ênfase ao Onhinã, Omuyela e Otopola, baseados nos valores culturais dos Ovamui-la. A formação detém os troféus do Prémio Nacional de Cultura e Artes na categoria de Dança/2008 e foi homenageada pelo Ministério da Cultura, em 2007,

pela “significativa contribuição ao desenvolvimento da Cultura Nacional”.

No plano internacional, participou em eventos em Portugal e foi protagonista da exibição dos hábitos e costumes dos povos da região Sul de Angola na Tunísia, Marrocos, França e Itália.

Auspino Tyintakenge contou que mais de metade dos co-fundadores do grupo já não existe. Por isso, a principal tarefa agora é passar o testemunho à nova geração, com o aprofundamento dos hábitos e costumes do grupo etnolinguístico Nhyneka-Nkhumbi, dominando principalmente os rituais do Ekwenje e do Efiko.

O grupo é actualmente gerido por Joana Mbuani e o mais velho Tchivangulula. Nas instalações da agremiação, localizadas na sede administrativa da Humpata, ensaiam as danças típicas e as técnicas de xinguilar para invocar os espíritos dos

antepassados. Qualquer interessado em aprender as danças ou a integrar o grupo o pode fazer.

Hora de acção

Uma combinação de instrumentos tradicionais, entre os quais batuques, apitos, paus, azagaias e flechas, espanta qualquer transeunte que passe nas imediações da casa do soba Tchituto, local que é exactamente a sede do grupo Kamatembas.

Na casa dos 36 anos de existência, os Kamatembas contam com mais de 70 elementos, entre crianças, jovens e anciãos, cuja missão é manifestar a riqueza cultural dos povos Nhyaneke-Nkhumbi. Vale a pena apreciar as cerimónias tradicionais, incluindo a festa da puberdade (Efiko), da circuncisão (Ekwendje), da caça e do gado.

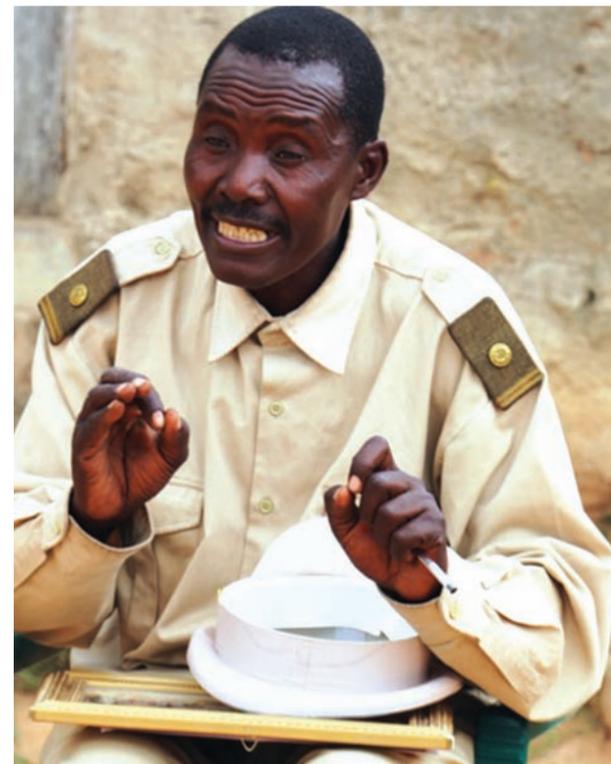
O actual chefe do grupo, o soba Agostinho Tchiputo, avançou alguns nomes tidos

como co-fundadores e membros destacados da agremiação, entre eles, Tchicusse, soba Mandande, Joni Cabral, Helienci Henga, Francisco Mangala, Cakangavekwa, Teresa Mbuana, Mussinga e Ngongo Kathiave.

Constam também Ndia Unene, Nahoma, Mbimbi, Mulheipo, Thunde, Cievo e Niongo Mutiava. Lembrou que alguns faleceram, “mas é preciso dar a vénia a todos os que contribuíram para o crescimento dos Kamatembas e para torná-lo conhecido no país e no estrangeiro”.

São estes, afirmou, que mostraram, pela primeira vez, no antigo aeroporto da Mukanka e na praça Revolução de Outubro, hoje praça João Paulo II, os dotes e a indumentária típica dos Nhyaneke-Nkhumbi, habitantes duma parte da província da Huíla. Esteve lá, então, o Presidente Agostinho Neto, que ficou impressionado com o que viu e ouviu.

ESTANISLAU COSTA | EDIÇÕES NOVEMBRO | HUÍLA



Soba Agostinho Tchiputo

Mais vibrantes

“Onieña” e “Umbada” são dois tipos de dança normalmente apresentados pelo grupo Kamatembas, que encantam e fazem vibrar os espectadores. A primeira – Onieña – é a mais usual nas festas da puberdade. Acompanhada de um ritmo característico e singular, o pai da menina na casa dos 14 a 16 anos, oferece-a para o acto de preparação da puberdade, que a vai consagrar para o casamento.

Ao som dos batuques, canções e com a dança em referência, abatem-se várias cabeças de gado cuja carne vai imediatamente para o fogo. É também distribuída aos presentes a bebida típica Macau e a aguardente. As tias da menina são as responsáveis pelo acto, sendo, por isso, presenças notórias.

Os turistas nacionais e estrangeiros, bem como pesquisadores da cultura Nhyaneka-Nkhumbi, têm, através da dança, a oportunidade de tomar contacto com uma das cerimónias mais emblemáticas destes povos. Os movimentos dos dançantes representam a passagem de experiências sobre o matrimónio, que é feita de tia para sobrinha.

Dança-se também “Etopokela” e “Omungolongolo”, no ritual do Efiko, uma actividade que antigamente durava quatro ou cinco dias.

Para manifestar satisfação pelas boas safras, uma

parte dos produtos é retirada para fabrico de Macau. Boas colheitas são motivos para festas.

Num fim-de-semana, depois de tudo preparado, juntam-se os familiares, sekulos (conselheiros do soba) e vizinhos da aldeia para comemoração do sucesso da colheita. Os dançarinos, trajados com indumentária apropriada, exibem instrumentos de trabalho e os seus gestos centram-se, fundamentalmente, nas actividades do campo.

A dança típica também serve de lição às pessoas preguiçosas e incentiva-as a ganhar o gosto por trabalhar a terra. Passados 10 a 15 anos da morte dos avós, caso estes tenham sido quimbandeiros, os espíritos malignos se manifestam num dos familiares, e, para acalmá-los, realiza-se uma festa com todos os pressupostos tradicionais. O tipo de dança praticado é a “Umbanda”.

O gado é a principal riqueza nas comunidades Nhyaneka-Nkhumbi. Por isso, os sobas e criadores de gado bovino e caprino têm um dia de cada ano para dar graças aos espíritos pela água e pasto em abundância e pela protecção dos animais contra as doenças. Os Kamatembas espantam os assistentes com danças giratórias e que envolvem muitos saltos e o levar das mãos ao alto com frequência.



LOURENÇO BULE | EDIÇÕES NOVEMBRO | MENONGUE

Instrumentos e vestuário

Sete a onze pessoas experientes constituem o grupo que toca, com fervor, os batuques e outros instrumentos musicais típicos. Os outros participam na preparação da indumentária. Por regra, usam-se os panos de samakaka, pelas suas cores vivas.

Mpuita e ñhoma (batuque), entre outros, são os instrumentos musicais usados. Os sons mais salientes saem de dois tipos de ñhoma: o primeiro é “o hina yo ñhoma”, que significa “mãe do batuque”. O segundo é o “ompinguinjo”, uma espécie de batuque auxiliar responsável pelo ritmo.

Os homens assumem os batuques e as mulheres os instrumentos de menos peso. A indumentária usual é feita de pano e de pele e penas de animais. Para dar melhor imagem de si mesmas e porque se tornam mais atraentes, as mulheres geralmente dançam de tronco nu. O pescoço e parte do tronco delas é coberto por misangas de várias cores. Os homens usam mais a pele de animais e as penas. Nas danças que simbolizam actos de defesa e caça, é notório

o uso da catana, azagaia, flechas, machados pequenos, chicotes, entre outros artefactos.

Animação no carnaval

Os Kamatembas participam na maior festa popular, o carnaval, através do bloco carnavalesco “Epata Li Tuima”, da Humpata, tendo em três edições se classificado na primeira posição e em duas na segunda posição.

Apesar de alguns apoios do governo da província da Huíla, através da Direcção da Cultura, o grupo Kamatembas, afirma o soba Agostinho Tchiputo, sobrevive das receitas arrecadadas dos convites para os eventos que lhes são feitos de forma irregular.

O pesquisador cultural Domingos João defendeu a criação, com alguma urgência, de subsídios de manutenção para os grupos culturais tradicionais do país, para evitar o desaparecimento prematuro dos mesmos. “A sustentabilidade de alguns grupos de dança espalhados pelo país continua a depender de convites para exibição, que agora são muito irregulares”, referiu.



BENSAU MATEUS, COMANDANTE DA PROTECÇÃO CIVIL E BOMBEIROS

“País prepara Lei Balnear para reduzir as mortes por afogamento”



A falta de cumprimento de regras, incluindo tomar banho em praias proibidas e fazer mergulhos em estado de embriaguez, segundo Bensaú Mateus, comandante do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, tem levado muitos cidadãos à morte por afogamento. Por esta razão, ele deu a conhecer, em entrevista exclusiva ao Jornal de Angola, que “está a ser preparada, desde o ano passado, uma Lei Balnear no sentido de regulamentar o uso das praias”. A construção de infra-estruturas, a aquisição de meios rolantes e de protecção individual do bombeiro e a formação de quadros foram alguns dos tópicos da entrevista ao comandante Bensaú Mateus, informou que nos próximos tempos será aplicado um novo sistema de identificação do inspector bombeiro, com coletes próprios “para evitar os casos de extorsão”

André da Costa

Senhor comandante, qual tem sido o papel desempenhado pelo Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, nesta fase da pandemia da Covid-19?

Nesta fase temos sido impecáveis, activos, e engajados no trabalho, na medida em que as forças estão a participar activamente em várias actividades. Temos efectivos na via pública, auxiliando no patrulhamento, outros em zonas de quarentena, nos hotéis, com ambulâncias transportando casos suspeitos. Os bombeiros estão representados em todas as comissões de trabalho, e fundamentalmente na Saúde.

O pessoal dos bombeiros está devidamente protegido com material de biossegurança?

Estamos protegidos com esse tipo de material, uma vez que são actividades de risco. Temos tido uma participação muito activa com os órgãos que fazem parte da Comissão Interministerial de Combate à Covid-19.

Que tipo de sensibilização é que os bombeiros têm feito, em concreto?

Sensibilizamos a população mediante programa próprio, gizado pelos comandos ao nível dos quartéis, e com as administrações municipais, ao nível dos mercados. Estamos a mobilizar e a sensibilizar o pessoal para a prevenção dessa pandemia, que é muito perigosa e cujos números têm crescido diariamente.

Além da intervenção nos incêndios, que outros trabalhos têm feito os bombeiros?

O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros é um órgão executivo central do Ministério do Interior, responsável pela coordenação de actividades de prevenção e socorro em caso de calamidades, inundações, extinção de incêndios, socorro a naufragos, acidentes de viação, ferroviários e de aviação, bem como situações de risco que coloquem em causa a vida e os bens da população.

O senhor dirige os bombeiros há quase um ano. Do diagnóstico feito, qual é a área que mais merece a sua atenção?

Tomei posse em Agosto do ano passado e desde aquela altura gizamos um plano de visitas, de constatação e de

ajuda e controlo nas 18 províncias. Somente conseguimos visitar quatro, que são Luanda, Cuanza Norte, Malanje e Uíge, exactamente na semana que entrou em vigor o Estado de Emergência. Já não consegui dar sequência às visitas devido à pandemia da Covid-19. A esta altura estaria a concluir as visitas.

O que mais o preocupou nas visitas efectuadas àquelas províncias?

O maior problema dos comandos dos bombeiros tem que ver com as infraestruturas. Há uma degradação acentuada das infraestruturas, há redução do parque de viaturas de extinção de incêndios, de ambulâncias, barcos, lanchas, canoas e outros meios de apoio de uso integral, sem descuidar os meios e equipamentos de protecção individual. São situações conjunturais vividas em todos os comandos provinciais do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros. Conseguimos solucionar, de imediato, algumas questões, outras vão ser resolvidas a médio e longo prazos.

Qual é a margem temporal para a resolução das questões?

Alguns problemas, que transcendem a nossa capacidade, enviamos para a superestrutura do Ministério do Interior para dar resposta, no quadro dos objectivos sociais da corporação.

Por que razão os bombeiros não estão instalados em todos os municípios do país?

Isso é uma situação conjuntural, que transcende o próprio serviço. Por exemplo, Luanda é uma cidade que cresceu em termos demográficos e não deveria ter apenas 20 quartéis. Luanda cresceu de uma forma assustadora e ficamos limitados em termos de capacidade de resposta. O ideal seria termos quartéis ou destacamentos em todos os municípios da capital, o que faria reduzir o tempo operativo de intervenção. Por exemplo, no município de Cacucaco, se tivermos uma ocorrência, a unidade mais próxima para intervir é o quartel da Boavista ou o do Sequele. Isso faz com que o tempo operativo seja mais moroso e as pessoas digam que chegamos tarde.

Já existe um plano de construção de quartéis ao nível dos vários municípios do país?

Temos planificado nos 164 municípios zonas próprias, onde poderemos construir quartéis. Só não construiremos mais por insuficiência das verbas recebidas do Orçamento Geral do Estado. Temos quartéis cujas obras arrancaram, mas carecem de conclusão. Um exemplo é a Escola de Formação de Bombeiros de Benguela.

Em Luanda, quantos quartéis seria necessário construir para melhor responder à procura?

Neste momento, os nossos técnicos estão a fazer um estudo demográfico em Luanda para determinarmos quantos quartéis ou destacamentos poderemos ter e em que posição. Depois vamos discutir com o Governo da Província de Luanda a cedência de espaços e apresentar a preocupação às autoridades para a construção dos quartéis. Luanda, neste momento, sem exageros, precisa de aproximadamente 60 quartéis novos.

Actualmente justifica-se a existência de duas escolas de formação de bombeiros no país?

Não se justifica. A Escola de Formação de Bombeiros de Viana é antiga e forma bom-



“O projecto Praias Seguras continua, embora com pouca visibilidade. Faltam-nos bombeiros nadadores-salvadores e estamos desprovidos de meios essenciais, o que impede um melhor trabalho”

beiros de todo o país, desde o tempo colonial. Precisa de obras de ampliação, uma vez que tem poucas salas, pelo que está sem capacidade para formação de um número elevado de efectivos dos comandos provinciais em simultâneo. Mudámos de estratégia e os efectivos já são formados nos comandos provinciais, depois vêm a Luanda para especialização. Quando terminar a construção da escola de Benguela teremos maior capacidade de resposta.

Quais são as especialidades existentes no serviço de bombeiros, senhor comandante?

Temos especialidades de mergulho, atendimento pré-hospitalar, curso de combate, prevenção e extinção de incêndios, entre outras. Anualmente, com as condições existentes, podemos formar milhares de quadros.

Pensam criar outras escolas, regionais, para melhor responder às necessidades de formação de quadros?

De facto temos essa pretensão. Temos um terreno de quase 11 hectares aqui na Via Expresso, no quilómetro 25, onde poderemos construir uma grande escola de formação, que poderia atender toda a região Norte. A escola de Benguela poderia atender a região Sul e concebemos uma escola de formação de quadros na região Leste. Assim estaríamos estáveis e escusávamos de mover o pessoal de vários pontos do país para Luanda, em formação.

São ideias que traz e que já estão anotadas ou são apenas um sonho?

São ideias concretas que temos bem anotadas e aguardamos somente por finanças para materializar o projecto, uma vez que a escola é o celeiro do bombeiro. Há necessidade de se criar condições, em termos de infraestruturas, quadros docentes e laboratórios para se ter um melhor serviço. Os laboratórios nos ajudariam muito na investigação das causas dos incêndios.

Qual é o nível de formação existente nos bombeiros?

Temos no país o nível básico de formação de bombeiros. Um elemento formado em economia, ou noutra ciência do saber, se ingressar nos bombeiros deve fazer o curso de sapador bombeiro. Estamos a trabalhar para termos uma escola de nível médio. A da Baía Farta, em Benguela, é uma escola grande que está a 70 por cento construída, contendo várias valências. Já quanto ao nível superior de formação, depende da cooperação com outros países. Temos quadros formados na Rússia, Cuba, Eslováquia, Portugal.

Quantos efectivos têm os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros?

Temos 14 mil efectivos, número insuficiente por não cobrir as necessidades, tendo em conta que durante os últimos seis anos não houve ingressos a nível dos órgãos de defesa e segurança. Temos efectivos que entraram para a reforma, uns faleceram e outros desertaram, fazendo com que o número actual seja reduzido. Temos feito todos os esforços para responder com o nosso trabalho, com as condições que temos.

Quantos efectivos entraram na reforma e quantos faleceram?

De 2018 a 2020 a corporação registou 103 doentes, 177 fa-

lecidos, 486 reformados e cinco outros que abandonaram os lugares sem justificação plausível.

Como está o projecto de implementação dos destacamentos de prevenção à sinistralidade rodoviária?

Tínhamos previsão de instalar 54 destacamentos nas vias mais vulneráveis do país. Foram somente construídos seis, nomeadamente, o da Vista Alegre, do Pingo de Água, da Via Expresso, do Morro do Binda, do Alto Hama e da Canjala, por causa da situação financeira.

Em termos de meios de trabalho, ainda existem muitas carências?

As viaturas de extinção de incêndios têm tipicidades próprias. Temos viaturas de tanques cisternas, que são de reabastecimento, e viaturas de pronto socorro rápido para a primeira linha ou enfrentamento, e que, normalmente, levam pouca água. Conseguimos recuperar quatro cisternas de 20 mil litros. Não temos queixa de reabastecimento das viaturas e estamos com capacidade para acudir a incêndios de grande envergadura.

Quais as grandes causas dos afogamentos em Angola?

A negligência tem levado muitos cidadãos à morte nas praias, lagoas, tanques de água e até em piscinas. Muitos cidadãos ignoram as placas de proibição de banho colocadas nas praias. Constatámos que muitos mergulham no mar embriagados, o que tem resultado em morte.

Que acções pretendem levar a cabo no sentido de minimizar o número de mortes por afogamento?

Para colmatar essa situação, estamos a projectar, desde o ano passado, uma Lei Balnear no sentido de regulamentar o uso das praias. É uma lei, à semelhança do que existe em outros países do mundo, que vai comportar artigos e capítulos para regulamentar quando se deverá fazer praia, o uso ou não de álcool e as consequências em caso de se infringir as regras.

Com essa lei muitas vidas poderão ser salvas?

Sim, porque vai haver orientações próprias que os banhistas deverão observar e que vão ajudar a reduzir os afogamentos. Pensamos mesmo em proibir o uso de bebidas alcoólicas nas praias. E se os eventuais prevaricadores forem apanhados serão sancionados.

O projecto Praias Seguras, lançado em 2011, continua ou faliu?

O projecto continua, embora com pouca visibilidade. Falta-nos mais bombeiros nadadores - salvadores e estamos desprovidos de meios essenciais como motas de praia, canoas, lanchas e equipamentos de protecção individual, o que condiciona um melhor trabalho.

“Equipar um bombeiro custa 3 mil dólares”

Quantos bombeiros perderam a vida ou ficaram incapacitados por acidente de trabalho?

Temos bombeiros que ficaram incapacitados por força do trabalho, sendo que, na província do Bié, um ficou com uma queimadura do terceiro grau e está praticamente deformado. Ainda no Bié, temos um efectivo que foi atacado por um jacaré. Em Luanda temos uma bombeira que caiu durante os treinos e partiu a coluna. Temos outro efectivo que tinha caído no Kí-lamba e ficou com lesão grave.

Que tipo de apoios ou incentivos têm sido dados a estes efectivos, de forma concreta?

Temos um departamento de assistência social que controla os efectivos nestas condições. E temos apoiado. Por exemplo, ao bombeiro que ficou com queimaduras do terceiro grau propusemos a sua graduação. Vamos graduá-los para terem um salário que lhes permita viver condignamente. Apoiamos a bombeira que partiu a coluna enviando-a para Cuba em tratamento e com outras ajudas, quando solicitadas e disponíveis.

Quais os grandes projectos na forja e que pensa implementar nos próximos tempos?

Pretendemos criar condições na Escola de Formação de Bombeiros em Viana, para proporcionar cursos de especialização. Queremos criar condições no sentido de termos bombeiros junto das comunidades, pelo que precisamos construir novos



quartéis. A conclusão do estudo demográfico em curso vai definir quantas infraestruturas vamos precisar, em concreto.

Os meios existentes são adequados para o trabalho?

Precisamos adquirir mais meios necessários ao trabalho nas demais províncias. Precisamos de ter um bombeiro devidamente equipado com fardamento de combate, capacete, garrafa de oxigénio, espia, machado, galocha. Não é fácil equipar um bombeiro dessa forma. Quanto custa equipar um

bombeiro, senhor comandante?

Equipar um bombeiro é caro, podendo os custos estarem a volta de três mil dólares. Muitos dos nossos bombeiros consentem sacrifícios combatendo o fogo às vezes de forma rudimentar, sem luvas, por vezes sem capacete. Aquela farda de campanha com que por vezes vamos extinguir um incêndio não é a mais adequada. Existem os fatos reflectores, que são os apropriados para usar na extinção do fogo, com botas de borracha e lanterna, de forma a que o bombeiro se

possa salvar também. Dizemos que “bombeiro que não se salva, não pode salvar”.

A recuperação das viaturas usadas pelos bombeiros ainda o preocupa?

Temos que criar condições para manutenção técnica das viaturas. Recuperamos já mais de 40 viaturas antes avariadas, mediante uma estratégia bem definida. Já conseguimos combater dois ou três incêndios em simultâneo, porque recuperamos as viaturas. Tudo isso requer dinheiro, mas estamos a conseguir dar conta do recado.

Existe alguma insatisfação, já que alguns efectivos reclamam estarem há muito tempo sem promoção?

Isso é um facto. Encontramos efectivos com dez anos sem promoção, outros estavam na categoria de subchefes. Quando houve a reconversão, ao invés de subirem, baixaram de posto. Estamos a resolver o caso. Encontramos a situação dos licenciados há muito sem solução e já está resolvida. Estamos a trabalhar com o grosso dos efectivos, agentes de terceira classe que ingressaram em 2014. Esses agentes praticamente já têm a diuturnidade, ou seja, já estão em condições de progredir na carreira. Vamos remeter esses efectivos à Direcção de Recursos Humanos para dar tratamento sobre a incidência salarial, visando serem promovidos. Até ao final do ano poderemos ter esse problema minimamente resolvido, caso as condições financeiras permitirem.

“Bombeiro casa com bombeira”

Como estão os efectivos do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros em termos disciplinares?

Não somos impunes em termos disciplinares. Temos processos, em curso, de indisciplina mas o número não é elevado uma vez que gerimos os casos internamente através da Direcção de Educação Patriótica, que tem feito um bom trabalho de mobilização, educação e sensibilização das forças, o que tem ajudado na redução de casos de indisciplina.

Têm recebido reclamações sobre efectivos que fogem de assumir a paternidade dos filhos?

Já recebemos alguns casos, que acompanhámos e tiveram desfecho positivo. Temos uma particularidade: muitos efectivos bombeiros casam-se entre si, ou seja, bombeiro casa com bombeira. Isso ajuda-nos a não ter muitos casos de fuga à paternidade.

Em tempos vimos o comandante do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros no Namíbe a ser condenado em tribunal por descaminho de fundos. Como está a cultura de prestação de contas nos comandos provinciais?

Estamos a incutir uma nova cultura de prestação de contas para desencorajar as práticas de extorsão de dinheiro por parte dos efectivos. Ao nível de Luanda temos tido esses problemas de pessoas não credenciadas irem a determinados estabelecimentos comerciais, como se fossem inspectores, e extorquirem dinheiro, multar e passar declarações falsas. Temos tomado medidas ao nível da Direcção de Prevenção. Nos próximos tempos vamos aplicar o novo sistema de identificação do inspector com coletes próprios.

Que mais acções estão em curso para desencorajar actos de ilegalidade nos bombeiros?

Mandamos fazer algumas declarações na Imprensa Nacional para serem assinadas por mim, para desencorajar a corrupção e arrecadar mais dinheiro para a Conta Única do Tesouro. Não vamos ter mais situações como a que ocorreu com o nosso colega do Namíbe.





CACUACO É O PALCO DOS NOVOS CARVOEIROS

A hora e a vez do “carvão de cidade”

Lenhadores e carvoeiros são profissionais que, num passado recente, utilizavam o seu esforço e habilidade no meio rural. Hoje “assaltam” as cidades para ocupar um nicho de mercado criado pelo crescimento urbano desenfreado. É caso para dizer que chegou a hora do carvão “made in city”

Guimarães Silva

O **carvão vegetal** sempre teve como base para a sua produção árvores e arbustos. Cacuoaco, das principais zonas periféricas da capital, é um dos palcos de actuação dos novos profissionais urbanos, já que a poda de árvores é regular e o desperdício é imediatamente aproveitado, vezes sem conta a custo zero.

Os carvoeiros e os lenhadores, cujas actividades se complementam, cá em Cacuoaco são nossos vizinhos. Com relativa facilidade adquirem matéria-prima para o fabrico de “carvão de cidade” (ainda que em pequenas quantidades), porque depois do derrube das árvores, muitos de nós, cidadãos, preferimos jogá-las ao lixo, por falta de conhecimento do seu potencial.

As acácias espinhosas são as árvores preferidas para plantio ao longos das ruas pelos moradores dos novos bairros, que cumprem com o pressuposto imposto pela

Administração Municipal de Cacuoaco, de plantar, no mínimo, cinco árvores. De crescimento rápido por natureza, podem atingir os dez metros de altura em menos de dez de anos, daí ficarem frondosas, com um potencial invejável que proporciona, de imediato, sombra aos humanos.

O grande senão desta espécie vegetal imponente é a sua facilidade de queda, sobretudo numa situação de chuva acompanhada de ventos fortes, uma vez que, segundo especialistas agrónomos, a raiz é fasciculada, penetrando pouco no solo. A destruição de casas, viaturas, cabos eléctricos e outros bens faz um somatório de estragos que anula muito do positivo que esse tipo de árvore empresta à cadeia da flora e do ambiente.

Quanto às acácias espinhosas, a solução tem sido o seu abate, um exercício da alçada de lenhadores experientes, que as transformam em fonte de lenha e carvão vegetal. Este é dos combustíveis preferidos de famílias

com ou sem posses, para a cozinha, porque acarreta menos perigos em relação ao gás, sendo primeira escolha para a confecção de suculentos grelhados.

O realismo da produção

O método utilizado para a produção de carvão vegetal na zona de Cacuoaco é cauteloso. O local é sempre afastado das residências, geralmente em espaços distribuídos para a construção, que se encontram abandonados, já que a produção é acompanhada de cheiro nauseabundo resultante da queima da seiva, que consome muito oxigénio.

Outro senão está na emissão de fumo e dióxido de carbono, acção que encontra paralelismo na queima regular e desordenada de lixo, pneus e capim, feita por alguns moradores às manhãs e/ou ao entardecer, um gesto que em muito afecta, de forma negativa, o meio ambiente.

O fabrico, segundo conselho de craques do ofício, deve ser realizado sempre

em terreno húmido, o que implica alguma mestria. A lenha a utilizar não deve estar demasiado seca. Ela tem de ser cortada nas medidas padrão. Depois de colocada num buraco previamente escavado, cobre-se a lenha com capim e argila que devem estar sempre húmidos para evitar o excesso de temperatura, que pode colocar em risco a produção, transformando-a em cinza.

Homens e mulheres que se dedicam à profissão em Cacuoaco escudam-se sempre no anonimato. Contudo, em consenso, consideram-na “negócio chato” que “nem sempre dá o resultado desejado”. Dizem também: “Nunca sabemos das quantidades que vão sair do buraco”; “Quando não se mete bem o fogo, queima tudo”; “Só fazemos o trabalho na presença do dono do negócio, para acompanhar até à extracção e ficar a saber dos ganhos e perdas”; “Nunca vimos um carvoeiro rico, embora o saco de metro e meio de altura custe 3500 Kwanzas”.

